



ASSESSORIA JURÍDICA

PROTOCOLO Nº. ____/2025	Data: ____/____/2025	Hora: ____:____min	Assinatura: _____
-------------------------	----------------------	--------------------	-------------------

PARECER N.º 05/2025

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 011/2025

Autoria: VER^a MONNIZE DA COSTA DIAS ZANGEROLI - UNIÃO

Senhor Presidente,

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei nº 011/2025, de autoria da Vereadora Dra. Monnize da Costa Dias Zangeroli, que autoriza a criação e o reconhecimento das Associações de Bairros no município de Diamantino-MT e dispõe sobre seus direitos, deveres e funcionamento.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

"O presente projeto de lei visa regulamentar e autorizar a criação de Associações de Bairros em nosso município, com o intuito de proporcionar maior organização comunitária e fortalecer a participação cidadã nas decisões que impactam diretamente a vida local. Ao reconhecer formalmente essas entidades, o município de Diamantino proporcionará maior diálogo entre a administração pública e os cidadãos, garantindo que os interesses e necessidades das comunidades sejam adequadamente atendidos. Além disso, o acesso a benefícios públicos e o acompanhamento das ações coletivas contribuirão para o fortalecimento do tecido social e para o desenvolvimento sustentável de nossa cidade."

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que a iniciativa apresenta louvável propósito, ao incentivar a participação comunitária e fortalecer o diálogo entre a população e o Poder Público Municipal.

Contudo, a matéria exige leitura à luz da Constituição Federal. O artigo 5º, em seus incisos XVII e XVIII, assegura a liberdade de associação para fins lícitos e a **desnecessidade**



ASSESSORIA JURÍDICA

de autorização para a criação de associações e cooperativas, vedando qualquer interferência estatal em seu funcionamento.

Nessa toada, em primeira análise se destaca a existência de inconstitucionalidade material, uma vez que "autoriza" a criação de associações no município de Diamantino, quando o próprio texto constitucional estabelece que a criação de associações independe de autorização e veda a interferência estatal no funcionamento (art. 5º, XVIII, CF/88).

Ademais os requisitos para a criação de associações se inserem no âmbito do Direito Civil (art. 53 e seguintes do Código Civil), cuja competência legislativa é privativa da União, conforme dispõe o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal.

Em decisão recente o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade formal de lei estadual que tratava de matéria pertencente ao ramo do direito civil. Confira-se:

*"É formalmente inconstitucional a Lei 11.081, de 12.4.2022, do Estado do Rio Grande do Norte, pela qual se estabelecem obrigações referentes a cobertura de exames laboratoriais prescritos por nutricionistas: matéria de direito civil e concorrente à política de seguros, de competência legislativa privativa da União (incisos I e VII do art. 22 da Constituição da República).
[ADI 7.376, rel. min. Gilmar Mendes, j. 28-8-2023, P, DJE de 2-10-2023.]*

Assim, ao estabelecer requisitos e procedimentos para a criação e reconhecimento das Associações de Bairros, impõe restrições que extrapolam a competência municipal, configurando inconstitucionalidade formal por usurpação da competência da União em matéria de direito civil.

Ademais, as parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil são reguladas pela Lei Federal nº 13.019/2014.

Outrossim, há no ordenamento jurídico municipal a Lei nº 1500/2022 que dispõe sobre os requisitos para a declaração de utilidade pública, dentre outros, das associações legalmente constituídas e em funcionamento no Município de Diamantino/MT.

A aprovação da presente proposta contribuiria para a inflação legislativa, prejudicando a publicidade e a transparência do ordenamento jurídico municipal.

3. DA CONCLUSÃO

Em razão do exposto, considerando a presença de inconstitucionalidade forma e material opino pelo não prosseguimento do processo legislativo atinente ao Projeto de Lei nº 011/2025.



ASSESSORIA JURÍDICA

Salienta-se que, o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para que seus membros elaborem o respectivo parecer.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Assessoria Jurídica, 27 de fevereiro de 2025.


Aline Simony Stella - OAB/MT 16.673/O